

## PARECER INDEPENDENTE sobre a segunda emissão de títulos verdes da E1 Energias Renováveis S.A<sup>1</sup>

Valor da emissão rotulada: R\$ 69.700.000,00

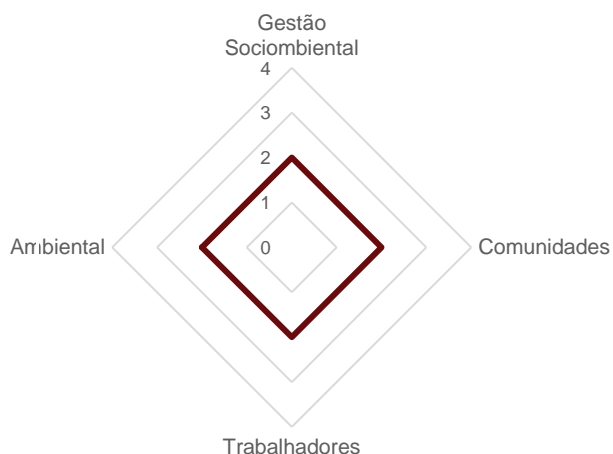
Alinhamento com ODS:



Alinhamento com categorias GBP/GLP: • Energia Renovável

GBP/GLP	Nível de alinhamento com as melhores práticas	Pontos Fortes	Pontos de Melhoria
1. Uso de recursos		<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 100% dos recursos direcionados para CAPEX de projetos de energia solar;</li> <li>✓ Recursos integralmente direcionados para gastos futuros, a ocorrer em até 24 meses após a emissão;</li> <li>✓ Projetos ainda em fase de implantação, com previsão de operação para outubro de 2022;</li> </ul>	-
2. Seleção e avaliação de projetos		<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Emissão alinhada com estratégia do emissor e ausência de controvérsias ASG relacionadas aos projetos elegíveis;</li> <li>✓ Produção de energia bruta renovável por ano: 38.625,63 MWh;</li> <li>✓ Potencial de evitar a emissão de cerca de 2.383,201 toneladas de CO<sub>2</sub>e.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Ausência de Sistema de Gestão Ambiental para monitoramento dos projetos.</li> <li>* Ausência de Plano de descomissionamento ou logística reversa para disposição das placas solares após fim da vida útil – critério "significant harm" da EU Taxonomy</li> </ul>
3. Gestão de recursos		<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Mecanismos de vencimento antecipado em caso de alteração no uso de recursos;</li> <li>✓ Recursos segregados em conta corrente das SPEs;</li> <li>✓ Alocação temporária de recursos em ativos sem risco de contaminação;</li> <li>✓ Valor dos projetos elegíveis superior ao valor da emissão verde;</li> </ul>	-
4. Relato		<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Relato de indicadores de alocação de recursos e de impacto ocorrerá anualmente;</li> <li>✓ Verificação externa em 12 meses após a emissão;</li> <li>✓ Disponibilização do SPO pré e pós emissão para investidores e público em geral;</li> <li>✓ Publicação das informações no site da E1 Energias Renováveis S.A.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Reporte dos indicadores financeiros e ambientais não desagregado por projetos.</li> </ul>

### Gestão socioambiental dos ativos elegíveis<sup>2</sup>



### Destaques ativos elegíveis

#### Pontos Fortes

- ✓ Não foram identificadas controvérsias relacionadas à saúde e segurança de comunidades próximas às usinas já em implantação;
- ✓ Sem interferências em áreas socioambientais sensíveis (UCs, RL, assentamentos, quilombolas, povos indígenas);

#### Pontos de Melhoria

- \* Ausência de um Sistema de Gestão Ambiental formalizado;
- \* Ausência de iniciativas de mitigação de emissões oriundas da implantação dos empreendimentos;
- \* Ausência de estudos que avaliem o impacto dos projetos da biodiversidade e ecossistemas.

<sup>1</sup> Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da E1 Subholding 2 S.A, subsidiária da E1 Energias Renováveis S.A, esta na condição de acionista. Apenas a primeira série da emissão será rotulada como Green Bond.

<sup>2</sup> Níveis de gestão socioambiental dos ativos elegíveis: 1 = "Insuficiente"; 2 = "Satisfatória"; 3 = "Confortável"; 4 = "Superior".

## Sobre a SITAWI

A SITAWI é uma organização brasileira que mobiliza capital para impacto socioambiental positivo. Desenvolvemos soluções financeiras para impacto social e assessoramos o setor financeiro a incorporar questões socioambientais na estratégia, gestão de riscos e avaliação de investimentos. Somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o *Extel Independent Research in Responsible Investment – IRR* 2019 e a primeira organização brasileira a avaliar as credenciais de Títulos Verdes.

## Sumário

Sobre a SITAWI.....	1
1. Escopo.....	2
2. Opinião .....	4
3. Performance Socioambiental dos Projetos.....	13
IV. Performance ASG da E1 Energias Renováveis S.A .....	20
Green Bond Principles Form.....	23
Anexo I - Método .....	28
Anexo II – Processo de seleção dos projetos .....	31
Anexo III – Primeira emissão de títulos verdes da E1 Energias Renováveis S.A .....	32

# 1. Escopo

O objetivo deste Parecer Independente é prover uma opinião sobre o enquadramento como Título Verde (“Green Bond”) da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Segunda Série, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da E1 Subholding 2 S.A. (“Emissora” ou “E1 Energia”), subsidiária da E1 Energias Renováveis S.A. Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados para financiamento de 10 projetos de geração distribuída de energia solar, desenvolvidos pelas Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs) UFV SKY LTDA (“Sky”), UFV IPIRANGA LTDA (“Ipiranga”) e UFV MRS LTDA (“MRS”), que juntas se constituem, no âmbito da emissão, como “SPEs *Greenfield*”.

Apenas a segunda série da emissão será destinada para financiar gastos em CAPEX de projetos *greenfield*, totalizando em R\$ 69.700.000,00 (sessenta e nove milhões e setecentos mil reais), frente aos R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) que serão emitidos. Portanto, o presente Parecer de Segunda Opinião só abrange a análise da emissão da segunda série, que será rotulada como verde.

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os *Green Bond Principles* (GBP)<sup>2</sup>, os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation* (IFC)<sup>3</sup>, os *Climate Bonds Standards*<sup>4</sup> e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da SITAWI é baseada em:

- Avaliação da emissão de acordo com a escritura do título;
- Avaliação dos benefícios ambientais e climáticos dos projetos;
- Performance ambiental, social e de governança (ASG) da E1 Energias Renováveis S.A de acordo com políticas e práticas da empresa.

A análise utilizou informações e documentos fornecidos pela E1 Energias Renováveis S.A, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa e entrevistas com equipes responsáveis pela emissão da debênture, pelos projetos e pela gestão empresarial, realizadas de forma remota. Esse processo foi realizado entre novembro e fevereiro de 2021.

O processo de avaliação consistiu em:

- Planejamento da avaliação;
- Realização da avaliação, incluindo a preparação do cliente obtenção de evidências;
- Elaboração da conclusão da avaliação;
- Preparação do relatório da avaliação.

A SITAWI teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável<sup>5</sup> de asseguarção em relação a completude, precisão e confiabilidade.

O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações

<sup>2</sup> <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Green-Bond-Principles-June-2021-100621.pdf>

<sup>3</sup> [https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics\\_Ext\\_Content/IFC\\_External\\_Corporate\\_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards](https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards)

<sup>4</sup> <https://www.climatebonds.net/standard>

<sup>5</sup> Níveis de asseguarção na seção Método.

financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade (ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais do *International Ethic Standards Board for Accountants* (IESBA, 2019).

A emissora pretende obter a classificação de Título Verde, em linha com o Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil 2016 (Febraban e CEBDS)<sup>6</sup>, a publicação Não Perca esse Bond<sup>7</sup> e os *Green Bond Principles*, versão de junho de 2021. Essa classificação será confirmada em 12 meses após a emissão, com base em um Parecer de pós-emissão a ser realizado pela SITAWI.

---

<sup>6</sup> <https://info.sitawi.net/guiatitulosverdes2016>

<sup>7</sup> <https://info.sitawi.net/naopercaessebond>

## 2. Opinião


Com base nos procedimentos de avaliação conduzidos e evidências obtidas, em nossa opinião a Debênture Verde emitida pela E1 Subholding 2 S.A. está em conformidade com os *Green Bond Principles* e boas práticas de mercado para emissão de títulos verdes, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável.

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, baseado no atendimento dos GBP. Os GBP são diretrizes que auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de um produto financeiro e como ele se caracteriza como Verde. Mais detalhes sobre esses princípios podem ser encontrados na seção “Método”.

A aderência aos GBP, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores e outros agentes de mercado que o investimento segue padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência.

A seguir, consta a análise do alinhamento do Título Verde aos quatro componentes dos GBP.

**Quadro 1 - Descrição da análise dos GBP para os Títulos Verdes**

Princípios e classificação	Análise e descrição										
<p><b>Uso de recursos</b></p> 	<p><b>Descrição dos projetos e categorias financiadas:</b> Os recursos das debêntures da 2ª Série serão destinados ao financiamento de gastos, despesas ou dívidas relacionadas a implantação de 10 projetos <i>greenfield</i> desenvolvidos pelas Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs) UFV SKY LTDA (“Sky”), UFV IPIRANGA LTDA (“Ipiranga”) e UFV MRS LTDA (“MRS”), que juntas se constituem, no âmbito desta emissão, como “SPEs <i>Greenfield</i>”. Os projetos referem-se a construção e operação de usinas de energia solar com foco em geração distribuída.</p> <p>A série rotulada equivale a R\$ 69.700.000,00, referente aos dispêndios e investimentos em CAPEX dos projetos. O recurso será integralmente destinado para gastos futuros, estimados para ocorrer até final de 2022.</p> <p>Na tabela abaixo constam as datas de início das obras, a previsão de início das operações dos projetos, a participação de cada um no total dos recursos captados com a emissão e a capacidade instalada dos mesmos. Destaca-se que as obras iniciaram em 2020 e nenhum dos projetos já está em operação. Os projetos da MRS, especificamente, estão em fase de prospecção de terreno para implantação da planta e a aquisição dos mesmos não será financiada com os recursos da debênture verde. O capítulo <b>Performance Socioambiental dos Projetos</b>, página 13, apresenta mais detalhes sobre os projetos.</p> <table border="1" data-bbox="437 1744 1369 2000"> <thead> <tr> <th>Nome dos projetos</th> <th>Data de início da obra</th> <th>Data de entrada em operação</th> <th>Representatividade do projeto na emissão (%)</th> <th>Capacidade instalada dos projetos (MW)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>SKY – SP (ELEKTRO) – USINA 1 - CARDOSO</td> <td>jun/21</td> <td>out/22</td> <td>21%</td> <td>4,33</td> </tr> </tbody> </table>	Nome dos projetos	Data de início da obra	Data de entrada em operação	Representatividade do projeto na emissão (%)	Capacidade instalada dos projetos (MW)	SKY – SP (ELEKTRO) – USINA 1 - CARDOSO	jun/21	out/22	21%	4,33
Nome dos projetos	Data de início da obra	Data de entrada em operação	Representatividade do projeto na emissão (%)	Capacidade instalada dos projetos (MW)							
SKY – SP (ELEKTRO) – USINA 1 - CARDOSO	jun/21	out/22	21%	4,33							

SKY – SP (ELEKTRO) – USINA 2 - ANDRADINA	jun/21	out/22	21%	4,22
IPIRANGA – PR (COPEL) - LOANDA	jun/21	out/22	13%	2,59
IPIRANGA – RJ (LIGHT) – SEROPÉDICA	jun/21	out/22	12%	2,56
IPIRANGA – RS (CEEE) – GUAÍBA	jun/21	out/22	6%	1,28
IPIRANGA – SP (CPFL PAULISTA) – USINA 1 - PIACATU	jun/21	out/22	13%	2,59
IPIRANGA – SP (CPFL PAULISTA) – USINA 2 – DUARTINA	jun/21	out/22	6%	1,32
MRS – MG (CEMIG)	jun/21	out/22	4%	0,88
MRS – RJ (LIGHT)	jun/21	out/22	2%	0,42
MRS – SP (EDP)	jun/21	out/22	2%	0,34


**Descrição dos benefícios ambientais e alinhamento com standards de sustentabilidade:** O uso de recurso da emissão está alinhado com a categoria de energia renovável dos **Green Bond Principles**, com a **Climate Bond Taxonomy** e **critérios de energia solar dos Climate Bonds Standards**.

De acordo com a publicação “Não Perca Esse Bond”, o investimento em energia solar pode ser elegível a emissão de títulos verdes. Ainda, está alinhado com a manutenção de um cenário de elevação de temperatura de 1,5°, uma vez que apresenta reduções de GEE superiores a 90%, quando comparada com fontes tradicionais como termelétricas a combustíveis fósseis.

Do mesmo modo, a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia<sup>8</sup> aponta o investimento em energia solar como contribuinte para a mitigação das mudanças climáticas.

Nesse sentido, considera-se que o uso de recurso da emissão está em conformidade com as categorias de investimentos apontados como contribuintes para um desenvolvimento sustentável nos principais frameworks, referências e standards de sustentabilidade. Além disso, reforça a estratégia da emissora em investir em ativos que contribuam para a mitigação das mudanças climáticas e facilitem a transição para uma economia de baixo carbono, incentivando o atendimento dos compromissos estabelecidos no âmbito do Acordo de Paris e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 7 e 13 da ONU.

<sup>8</sup> [https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/business\\_economy\\_euro/banking\\_and\\_finance/documents/200309-sustainable-finance-teg-final-report-taxonomy\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/business_economy_euro/banking_and_finance/documents/200309-sustainable-finance-teg-final-report-taxonomy_en.pdf)

	<p><b>Não foram identificadas lacunas para o enquadramento do uso dos recursos (Green Bond Principle 1). Portanto, sua classificação é de Liderança.</b></p>
<p><b>Processo de seleção e avaliação de projetos</b></p> 	<p><b>Alinhamento da emissão com estratégias da E1 Energias Renováveis S.A:</b>                  O objetivo da emissão é financiar a geração distribuída de energia solar, que graças à conversão dos raios solares em energia elétrica, não emite gases poluentes ou de efeito estufa (GEE) na atmosfera. Os projetos financiados ainda possuem potencial de ampliar a disponibilidade de energia renovável no Sistema Interligado Nacional (SIN).</p> <p>A E1 Energia atua no mercado de energia renovável com foco em geração distribuída (GD) e mercado livre. A GD de energia está regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). De forma geral, consiste na produção de energia elétrica a partir de pequenas centrais solares, perto do consumidor final, que são conectadas à rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras.</p> <p>As pequenas centrais solares podem injetar na rede de distribuição o excedente de energia gerada ao longo do dia, em troca de créditos pelo Sistema de Compensação de Energia Elétrica. Com isto, busca-se o abatimento do consumo da unidade e de outras unidades de mesma titularidade na área de concessão.</p> <p>Dentre os benefícios gerados, destacam-se os menores impactos locais em comparação com geração centralizada, por se tratarem de sistemas compactos voltados ao abastecimento local ou regional de energia elétrica, e menor demanda por área para a sua construção. Ainda, a GD possibilita maior eficiência e menor impacto com o transporte de energia, minimizando perdas e garantindo maior estabilidade da rede por estar próxima a centros de consumo.</p> <p>Conforme informação apresentada no <i>website</i> da E1 Energias Renováveis S.A, as operações da companhia reduzem cerca de 300 mil kg de CO<sub>2</sub>/ano e abastecem cerca de 70.000 residências. Ainda, o portfólio da empresa conta com 109 MWp, superando 285.000 módulos fotovoltaicos que geram, em média, 14 GWh/mês.</p> <p>A emissão realizada pela E1 Subholding 2 S.A, totalmente controlada pela E1 Energias Renováveis S.A, está alinhada com a Política Socioambiental<sup>9</sup> da controladora, o que reforça a existência de uma estratégia de negócio que considera a minimização de impactos socioambientais de suas operações, contribuindo, assim, para uma economia mais sustentável.</p> <p><b>Benefícios ambientais esperados:</b> A metodologia utilizada pela SITAWI para o cálculo das emissões evitadas segue as diretrizes do Programa Fundo Clima do BNDES<sup>10</sup>. Para o cálculo, exibido na tabela a seguir, considerou-se a média de toneladas de CO<sub>2</sub> emitidas por MWh gerado na matriz elétrica brasileira em 2020 e a soma de “capacidade de geração de energia<sup>11</sup>” anual dos 10 projetos objetos da emissão. Estima-se, assim, que serão evitadas cerca de 2.383 tonCo<sub>2</sub>/ano decorrente da energia gerada pelos projetos futuros.</p>

<sup>9</sup> Aplicada à todos os administradores, funcionários, prestadores de serviço (incluindo terceirizados) e as empresas controladas pela E1.

<sup>10</sup> Detalhes da metodologia do cálculo para mensuração e reporte das emissões de GEE evitadas do Programa Fundo Clima do BNDES pode ser encontrado no [Guia para utilização da ferramenta](#).

<sup>11</sup> Indicador apresentado pela companhia.

	Capacidade instalada média (MW)	Soma da produção de energia bruta (MWh/ano)	Estimação do carbono evitado (tonCO <sub>2</sub> e/ano)*
	2,05	38.625,63	2.383,201

\* As emissões evitadas de GEE são estimadas multiplicando-se o fator de emissão de GEE da rede elétrica brasileira (em tCO<sub>2</sub>/ MWh) pela geração bruta anual de energia. O fator de emissão de GEE foi fornecido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Ele está disponível em: [https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/clima/textogeral/emissao\\_corporativos.html](https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/clima/textogeral/emissao_corporativos.html)

Apesar de não possuir um Sistema de Gestão Ambiental formalizado que auxilie no gerenciamento de potenciais impactos negativos advindos dos projetos elegíveis, a E1 Energias Renováveis conta com um sistema chamado “Oxyn Solar”, utilizado para monitorar as usinas de geração distribuída. Conforme descrito pela empresa, a “Oxyn Solar” é uma plataforma de monitoramento *web* que tem por finalidade apresentar ao usuário informações da UFV, tais como produção de energia, *status*, alarmes e falhas dos equipamentos.


Consta no memorial descritivo básico do sistema que “para a produção de energia, são monitorados dados dos inversores, como energia gerada, tensão, corrente, fator de potência, frequência, entre outros aspectos técnicos. Também, são monitorados dados para avaliação da planta, como irradiação e temperatura nos módulos, para cálculos de performance, bem como são medidos dados de velocidade de vento, temperatura ambiente, dados pluviométricos e energia injetada na rede da concessionária. Os alarmes e status dos equipamentos são monitorados pela ferramenta com a finalidade de garantir a disponibilidade de eficiência da UFV”. Os dados gerados ficam em nuvem, podendo o operador gerar relatório de monitoramento sob demanda.

Também, a empresa atua em observância às diretrizes da Política Socioambiental que, entre outros compromissos, estão o de identificar e gerir os impactos socioambientais de suas atividades e atuar de modo a minimizá-los, e monitorar os impactos causados pela instalação de seus sistemas, de modo a agir preventivamente e controlar eventuais riscos socioambientais. Além disso, para o controle de vencimento e condicionantes das licenças dos projetos, a E1 Energias Renováveis S.A com um escritório que presta assessoria aos seus projetos. Essa possui uma área especializada em direito ambiental, contando com profissionais de engenharia e técnicos da área florestal.

Com base nisso, o emissor demonstra capacidade interna para garantir que os benefícios ambientais sejam monitorados e reportados, assim como para garantir que possíveis impactos adversos possam ser mitigados.

**Processo de seleção e avaliação dos projetos:** A atuação da E1 Energias Renováveis S.A se dá em toda a cadeia da geração distribuída, desde a viabilidade financeira até a operação e manutenção das usinas. Conforme apontado pela companhia, o modelo operacional considera a construção das usinas sob medida. Portanto, o processo de seleção e avaliação dos projetos se inicia com o interesse do cliente em autossuficiência na produção e compensação de energia elétrica, e também inclui aprovação da concessionária de distribuição local. O passo a passo está explicitado no Anexo II.

O processo apresentado também exige, paralelamente, a adequação ao licenciamento ambiental e ao licenciamento urbanístico. Para o licenciamento ambiental, identifica-se o órgão licenciador competente, e a empresa providencia Relatório de Caracterização do Empreendimento (RCE), além de outros documentos a serem exigidos a depender do órgão em questão e das características do empreendimento. Também a depender do órgão envolvido e das características do projeto, este pode ser dispensado de licenciamento.


	<p>Além das etapas apresentadas, é necessária análise de critérios técnicos de radiação solar, que é realizada pela empresa. Para tanto, esta conta com equipe multidisciplinar, que também realiza análise de critérios civis e ambientais, confeccionando estudos como o de impacto na vizinhança, estudo solar, plano de gerenciamento de resíduos e demais que sejam exigidos pelo órgão ambiental.</p> <p>Após a instalação, a empresa realiza monitoramento da operação dos projetos, incluindo geração de energia e medição da irradiação solar. A empresa se responsabiliza por problemas técnicos durante a operação, e conta com equipe específica para manutenção e reparo para situações emergenciais. Para receber esse tipo de reclamação de clientes, há diversos canais de atendimento, como e-mail e telefone.</p> <p>Para a presente emissão de debêntures, foi realizada uma <i>due diligence</i> geral da emissora por parte do banco coordenador. Entre os aspectos analisados, encontram-se os aspectos ambientais dos projetos.</p> <p>Destaca-se, porém, que a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia aponta como “<i>significant harm</i>” para projetos solares os impactos da produção e da gestão dos sistemas fotovoltaicos em termos de destinação final dos painéis, que possuem uma vida útil longa (acima de 10 anos). A E1 Energias Renováveis S.A não possui em operação, nem formalizado, um plano de descomissionamento ou logística reversa para disposição das placas solares após fim da vida útil, o que se configura em uma lacuna no processo de avaliação dos projetos. Porém, a mesma alega que o plano está em planejamento.</p> <p><b>Com base em nossa avaliação, o processo de seleção e avaliação de projetos possui alinhamento confortável com os Green Bond Principles e boas práticas para emissão de títulos verdes. A empresa não possui um sistema de gestão ambiental para monitorar os impactos ambientais do projeto e não há a formalização de um plano de logística reversa e/ou descomissionamento para a destinação das placas solares.</b></p>
<p><b>Gestão de recursos</b></p> 	<p><b>Características da emissão:</b> O financiamento dos gastos e despesas dos 10 projetos elegíveis serão realizados a partir das emissões de debêntures emitidas pela E1 Subholding 2 S.A, totalmente controlada pela E1 Energias Renováveis S.A. Os recursos serão direcionados para projetos ainda em fase de implantação ou planejamento. Os gastos futuros serão alocados em até 24 meses.</p> <p>As emissões serão divididas em duas séries, sendo os recursos da primeira destinados a gastos em OPEX dos projetos <i>brownfield</i> e a segunda destinada a gastos em CAPEX dos projetos <i>greenfield</i>. Os recursos das debêntures da primeira série correspondem a R\$ 60.300.000,00, e os recursos da segunda série totalizam em R\$ 69.700.000,00. Vale destacar que apenas a segunda série foi analisada para a obtenção do rótulo verde, por de direcionar-se a CAPEX de projetos com adicionalidade ambiental.</p> <p>Conforme as informações abaixo, o valor da série rotulada (R\$ 69.700.000,00) representa 80% dos investimentos necessários para os projetos (R\$ 87.271.822,00). Em relação ao total da emissão (130.000.000,00), a segunda série representa 54% dos investimentos captados.</p>

Nome do projeto	CAPEX	Valor da emissão	% da emissão em relação ao custo do projeto
SKY – SP (ELEKTRO) – USINA 1 - CARDOSO	R\$ 19.164.426	R\$ 14.704.370	77%
SKY – SP (ELEKTRO) – USINA 2 - PANORAMA	R\$ 18.650.018	R\$ 14.315.710	77%
IPIRANGA – PR (COPEL) - REALEZA	R\$ 11.126.250	R\$ 8.809.670	79%
IPIRANGA – RJ (LIGHT) – SEROPÉDICA	R\$ 10.878.526	R\$ 8.680.110	80%
IPIRANGA – RS (CEEE) – GUAÍBA	R\$ 5.338.194	R\$ 4.340.060	81%
IPIRANGA – SP (CPFL PAULISTA) – USINA 1 - GETULINA	R\$ 10.455.145	R\$ 8.809.670	84%
IPIRANGA – SP (CPFL PAULISTA) – USINA 2 – PIACATU	R\$ 5.316.079	R\$ 4.469.610	84%
MRS – MG (CEMIG)	R\$ 3.222.000	R\$ 2.979.740	92%
MRS – RJ (LIGHT)	R\$ 1.691.252	R\$ 1.425.090	84%
MRS – SP (EDP)	R\$ 1.429.932	R\$ 1.165.990	82%
<b>Total</b>	<b>R\$ 87.271.822</b>	<b>R\$ 69.700.000</b>	<b>80%</b>

A emissão possui um prazo de vencimento de 12 anos (ambas as séries), sendo o prazo para alocação total dos recursos de até 24 meses após a liquidação.

Em 2021, a E1 Energias Renováveis S.A. emitiu seu primeiro título verde em nome da E1 Subholding S.A. (controlada da companhia), cujos recursos foram destinados para refinanciamento e financiamento de 49 projetos de geração distribuída de energia solar. Os projetos objetos da referente emissão estão apresentados no Anexo III, não sendo os mesmos da presente emissão. Portanto, avalia-se que a emissora não possui outra emissão de debêntures com rotulagem de títulos verdes e os projetos nunca foram objetos de outras emissões temáticas.

**Procedimentos para gestão dos recursos:** A emissora é integralmente controlada pela E1 Energias Renováveis S.A. e, portanto, é uma “subholding”. A emissora detém a totalidade das quotas das “SPEs *Greenfield*”, sociedades de propósito específico que atuam na estruturação, implantação e/ou operação

	<p>dos projetos elegíveis, bem como na locação de equipamentos e/ou plantas de geração de energia de fonte renovável.</p> <p>A totalidade dos recursos captados pela emissora será utilizado por meio das referidas SPEs (nomeadamente Sky, Ipiranga e MRS). Conforme consta na escritura, os recursos das debêntures da 2ª série serão recebidos pela emissora na “conta desembolso” e transferidos para as contas de livre movimentação das SPEs. A alocação ocorrerá proporcionalmente à necessidade de recursos de cada projeto, relacionados aos percentuais de capacidade instalada de cada um. Ainda, ocorrerá somente após o integral cumprimento das condições precedentes, o que inclui, entre outros compromissos, a obtenção das licenças provisória e de instalação.</p> <p>Destaca-se que a emissora deverá enviar anualmente ao Agente Fiduciário declaração em papel timbrado e assinada por representantes legais atestando a destinação dos recursos da presente emissão nos termos da escritura, acompanhada do fluxo de caixa da emissora demonstrando o recebimento dos valores, devendo a primeira declaração ser enviada no prazo de um 1 (um) ano a contar da data da emissão, até que a totalidade dos recursos das debêntures seja integralmente aplicada. O agente fiduciário pode também solicitar à emissora todos os eventuais esclarecimentos e documentos adicionais que se façam necessários.</p> <p>A escritura da emissão traz cláusulas de vencimento antecipado em caso de “não utilização, pela emissora ou por qualquer das SPEs, dos recursos líquidos obtidos com a emissão estritamente nos termos da escritura”, em caso de “utilização, pela Emissora ou por qualquer das SPEs, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão em atividades que não estejam em conformidade com a Legislação Socioambiental” e, ainda, em caso de “perda, extinção, descontinuidade, decretação de intervenção e/ou a não renovação de qualquer das concessões, permissões e autorizações para a exploração dos serviços objeto dos Projetos”. Isso reduz o risco dos recursos serem utilizado para outros fins que não o descrito na escritura.</p> <p><b>Recursos temporariamente não alocados:</b> De acordo com a escritura da emissão, os recursos temporariamente não alocados somente poderão ser investidos em Certificados de Depósito Bancário do Banco Depositário, os quais serão realizados em nome da emissora. Isto posto, o risco de contaminação dos recursos e o risco do projeto se desalinhar dos <i>Green Bond Principles</i> e não ser mais elegível aos recursos da emissão é mínimo.</p> <p><b>Não foram identificadas lacunas sobre a gestão dos recursos (Green Bond Principle 3). Portanto, sua classificação é de Liderança.</b></p>
<p><b>Relato</b></p> 	<p>A E1 Energias Renováveis se compromete a divulgar as informações acerca da alocação de recursos e benefícios socioambientais do projeto anualmente, até o vencimento da emissão.</p> <p>As informações financeiras serão auditadas por auditor independente. Os indicadores ambientais e os demais compromissos descritos neste parecer serão objeto de verificação externa por consultoria especializada para verificação do uso dos recursos e benefícios dos projetos em até 12 meses.</p> <p>As informações serão divulgadas de forma consolidada para emissão no site da empresa, estando, portanto, disponibilizadas ao público. Destaca-se, também, que a escritura da emissão garante a divulgação da publicação deste parecer, também a ocorrer no site da E1 Energias Renováveis S.A. O parecer pós-emissão também será publicamente divulgado.</p> <p>Os indicadores a serem relatados são:</p>

<p><b>Indicadores Financeiros:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Alocação de recursos nos projetos elegíveis (em R\$);</li><li>b) Recursos alocados temporariamente em outros instrumentos financeiros (em R\$, por instrumento).</li></ul> <p><b>Indicadores Ambientais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Capacidade instalada total (MW);</li><li>b) Volume de energia gerado (MWh);</li><li>c) Emissão de GEE evitada (mil tCO<sub>2e</sub>).</li></ul> <p><b>Não foram identificadas lacunas sobre a gestão dos recursos (Green Bond Principle 4). Portanto, sua classificação é de Liderança.</b></p>
---

### Equipe técnica responsável



**Camila Toigo**  
Consultora  
[ctoigo@sitawi.net](mailto:ctoigo@sitawi.net)



**Natalia Lajo**  
Analista Sênior  
[nlajos@sitawi.net](mailto:nlajos@sitawi.net)



**Cristóvão Alves**  
Avaliador Líder  
[calves@sitawi.net](mailto:calves@sitawi.net)

Rio de Janeiro, 25/02/2022

## Declaração de Responsabilidade

A SITAWI não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da emissora, da E1 Energias Renováveis S.A ou de suas subsidiárias. A SITAWI já forneceu um Parecer de Segunda Opinião sobre títulos verdes emitidos em 2021 pela companhia, em ativos fora do escopo desta análise. Desta forma, a SITAWI declara não possuir conflito de interesse e está apta a emitir uma opinião independente acerca da emissão de debêntures verdes da subsidiária E1 Subholding 2 S.A.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela emissora. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a SITAWI<sup>12</sup> não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

## ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

---

<sup>12</sup> A responsável final por esse relatório é a KOAN Finanças Sustentáveis Ltda., que opera sob o nome fantasia de SITAWI Finanças do Bem.

### 3. Performance Socioambiental dos Projetos

Essa seção tem como objetivo avaliar a gestão socioambiental dos projetos elegíveis, visando identificar se os planos e programas implementados e previstos são capazes de medir, prevenir, mitigar e compensar seus eventuais impactos negativos. Dessa maneira, é possível confirmar a capacidade do projeto de contribuir para o desenvolvimento sustentável de maneira consistente. Além disso, foram pesquisadas controvérsias sociais e ambientais envolvendo os empreendimentos.

#### Financiamento de usinas solares de geração distribuída da E1 Energias Renováveis S.A

Os projetos objetos dessa emissão compreendem 10 usinas fotovoltaicas (UFV) de geração distribuída (GD) situadas em diversas cidades do Brasil, conforme apresentado no Quadro 2. As usinas possuem capacidade instalada média de 2,05 MW e uma extensão de área média de 13,71 hectares. Três dos 10 projetos ainda estão em fase de prospecção de terrenos, ou seja, não iniciaram a fase de implantação.

Quadro 2 – Detalhes dos projetos da E1 Energias Renováveis S.A

	Nome da usina/projeto	Município/Estado	Extensão da área do projeto (ha)	Capacidade instalada de energia (MW)
Projeto 1	SKY – SP (ELEKTRO) – USINA 1 - CARDOSO	CARDOSO/SP	15	4,33
Projeto 2	SKY – SP (ELEKTRO) – USINA 2 - ANDRADINA	ANDRADINA/SP	20	4,22
Projeto 3	IPIRANGA – PR (COPEL) - LOANDA	LOANDA/PR	15	2,59
Projeto 4	IPIRANGA – RJ (LIGHT) – SEROPÉDICA	SEROPÉDICA/RJ	10	2,56
Projeto 5	IPIRANGA – RS (CEEE) – GUAÍBA	GUAÍBA/RS	14	1,28
Projeto 6	IPIRANGA – SP (CPFL PAULISTA) – USINA 1 - PIACATU	PIACATU/SP	15	2,59
Projeto 7	IPIRANGA – SP (CPFL PAULISTA) – USINA 2 – DUARTINA	DUARTINA/SP	7	1,32
Projeto 8	MRS – MG (CEMIG)	/MG	Terreno em prospecção	0,88
Projeto 9	MRS – RJ (LIGHT)	/RJ	Terreno em prospecção	0,42
Projeto 10	MRS – SP (EDP)	/SP	Terreno em prospecção	0,34

Fonte de dados: E1 Energias Renováveis S.A

## Análise socioambiental dos projetos

A avaliação da performance socioambiental da E1 Energias Renováveis S.A referente a gestão dos projetos considerou a atual fase de cada um, tendo como referências a legislação brasileira e os Padrões de Desempenho (PD) da IFC - *International Finance Corporation*<sup>13</sup>. De forma resumida, a avaliação apresentou os seguintes resultados:

- Desempenho avaliado como “**Satisfatório**” em todas as dimensões.
- Não foram encontradas controvérsias relacionadas ao projeto.

Os detalhes da avaliação constam no Quadro 3.

Quadro 3 - Análise da performance socioambiental do projeto

**Gestão socioambiental**  **Satisfatório**

- **Licenças e autorizações ambientais:**

O Quadro 3 apresenta as licenças ambientais das usinas e outras autorizações necessárias, considerando a atual fase de cada projeto. Todos os documentos estavam válidos e não foram verificadas desconformidades legais. Os projetos Usina 3 – Loanda – Ipiranga e Usina 4 – Seropédica - Ipiranga estão em fase de obtenção das licenças ambientais. Ainda, os projetos 8, 9 e 10 estão em fase de prospecção de terreno, logo, não iniciaram o processo de licenciamento ambiental.

Vale destacar que em razão da fase dos projetos, ainda muito incipientes, algumas usinas não realizaram o inventário de vegetação para, se necessário, solicitar uma autorização de supressão de vegetação (ASV) nativa para instalação dos sistemas solares. Conforme apontado pela empresa, todas aquelas que já realizaram o inventário tiveram o tema endereçado pelo órgão ambiental junto a companhia, seja através de uma emissão de ASV ou dispensa da mesma.

Quadro 3 – Licenças e Autorizações Ambientais

Projeto	Licença/ Autorização	Licença válida?	Escopo	Número	Emissão
Usina 1 – Cardoso - SKY	Declaração de Atividade Isenta de Licenciamento	Sim	CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 118/73, alterada pela Lei 13.542 de 8 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, e com base nas informações prestadas pelo interessado, declara que a atividade desenvolvida pelo empreendimento não está sujeita ao licenciamento ambiental no âmbito desta Companhia.	51000781	09/2021
Usina 2 – Andradina - SKY	Declaração de Atividade Isenta de Licenciamento	Sim	CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela	67000807	09/2021

<sup>13</sup> [https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics\\_Ext\\_Content/IFC\\_External\\_Corporate\\_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards](https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards)

			Lei Estadual nº 118/73, alterada pela Lei 13.542 de 8 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, e com base nas informações prestadas pelo interessado, declara que a atividade desenvolvida pelo empreendimento não está sujeita ao licenciamento ambiental no âmbito desta Companhia.		
Usina 3 – Loanda - Ipiranga	Alvará de Construção	Sim	Alvará de Construção de obra de usina solar com 195,57 m³.	186/2021	08/2021
	Autorização para Supressão da Vegetação	Sim	Parecer favorável ao requerimento 5118/2021 referente do corte de árvores, onde será instalada usina fotovoltaica.	5118/2021	08/2021
Usina 4 – Seropédica Ipiranga	Alvará de Construção	Sim	Alvará de Construção de obra de suas subestações para unidade de geração de energia fotovoltaica, totalizando em 129,54 m²	032/2021	11/2021
Usina 5 – Guaíba - Ipiranga	Declaração de Atividade Isenta de Licenciamento	Sim	Licenciamento ambiental é não incidente nos termos do Art. 3º da Resolução CONSEMA nº 448/2021 de 08/07/2021, que alterou o anexo II da Resolução CONSEMA nº 372/2018.	Não informado*	Não informado*
Usina 6 – Piacatu - Ipiranga	Declaração de Atividade Isenta de Licenciamento	Sim	CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 118/73, alterada pela Lei 13.542 de 8 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, e com base nas informações prestadas pelo interessado, declara que a atividade desenvolvida pelo empreendimento não está sujeita ao licenciamento ambiental no âmbito desta Companhia.	13001718	08/2021
Usina 7 – Duartina - Ipiranga	Dispensa de alvará de construção	Sim	Não emissão de alvará pela prefeitura para instalação de usina em área rural.	Não informado*	Não informado*
	Declaração de Atividade Isenta de Licenciamento	Sim	CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 118/73,	11001414	12/2021

			alterada pela Lei 13.542 de 8 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, e com base nas informações prestadas pelo interessado, declara que a atividade desenvolvida pelo empreendimento não está sujeita ao licenciamento ambiental no âmbito desta..		
--	--	--	---	--	--

\*Informações enviadas via e-mail por pessoas dos órgãos competentes.

• **CAR**

A SITAWI teve acesso apenas a dois protocolos de CAR, associados às usinas de Seropédica (RJ) e Duartina (SPO). Embora solicitado, os CARs das demais usinas não foram enviados pela companhia.

Para identificar os cadastros das demais propriedades, a SITAWI realizou um cruzamento das áreas planejadas para as usinas Alto Paraná, Guaíba e Panorama com a base de dados de imóveis rurais do SICAR, baseando-se nos materiais georreferenciados fornecidos pela empresa - ver Quadro 4. A SITAWI não teve acesso aos demais materiais necessários para as usinas Cardoso, Andradina, Loanda e Piacatu.

A empresa aponta que parte dessas propriedades serão arrendadas para a construção dos projetos, logo, as usinas não compreenderão toda a área dos imóveis.

Quadro 4 - CAR – Propriedades de instalação das usinas solares

Usina	Empreendimento	Registro no CAR
Seropédica	Sítio Mata Virgem	RJ-3305554-0895.7B8D.12CE.4D5F.90C1.7AA0.A195.D007
Duartina	Sítio ACBC	SP-3514502-AB1E.F6B6.68A9.4E3D.A3A2.5575.AE79.C067
Panorama	Não informado	SP-3535408-C5671FA445BD49BE9FD36AA135E600AD
Alto Paraná <sup>1</sup>	Não informado	PR-4100608-382E3637D30F4C82B0437D02700689E8 PR-4100608-A5113B2F9F394972A63DFFA47FED16FF PR-4100608-9D74A4832B29437D8302AB0AE7B82560
Guaíba <sup>1</sup>	Não informado	RS-4309308-69DE6067DEC140DD8CA3C684E57F8025 RS-4309308-69ABD763E7484DAC9B98B8F9EA04F7A5 RS-4309308-90FD87463D4A4FE3B587C5485E936F06

<sup>1</sup> A usina intersecta mais de um imóvel rural.

**Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e Certificados:**

A empresa não possui um sistema de gestão ambiental e não enviou documento referente a certificados.

**Ambiental**

 Satisfatório

• **Interferência em áreas legalmente protegidas:**

As usinas Alto Paraná, Guaíba e Panorama não interferem em unidades de conservação, não possuem embargos ambientais e não estão sobrepostos a outras áreas com restrições ambientais. Não foi possível realizar uma análise de sensibilidade para as demais usinas por insuficiência de documentos.

- **Interferência na biodiversidade local:**

Pela indisponibilidade de informações, não foi possível avaliar de que forma os projetos interferem na biodiversidade local.

- **Resíduos sólidos:**

Apenas o projeto da Usina 3 apresenta um Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRS). A empresa aponta que como as demais usinas ainda estão em fase incipiente, não houve a necessidade de elaboração de um PGRS para elas neste momento.

Conforme o PGRS, “o Gerenciamento dos Resíduos Sólidos nesse tipo de empreendimento é um processo simples, pela sua baixa complexidade construtiva com “utilização de materiais, pouco comprometedores”, classificados como: Classe A, Classe B e alguns elementos da Classe D”. Os principais resíduos gerados durante a fase de construção da usina são provenientes da construção civil. Durante a fase de operação da usina, os resíduos gerados são originários apenas de resíduos da copa e dos banheiros.

O PGRS prevê três vertentes para os procedimentos de triagem e acondicionamento dos resíduos gerados na implantação das obras: segregação e acondicionamento transitório na fonte geradora, acumulação final e remoção. Conforme consta, “os resíduos gerados na área do empreendimento serão removidos por empresas contratadas para este fim, devidamente cadastradas na Prefeitura Municipal. Os resíduos de Classe A e Classe C serão removidos por empresa especializada em remoção de entulhos de obras (...). Os resíduos de Classe B, em parte, serão removidos pela Cooperativa de catadores do município ou pelo serviço de limpeza municipal”.

Em relação a destinação final dos painéis fotovoltaicos, a empresa informou que estes têm vida útil entre 25 e 30 anos. Ainda não foi elaborado um plano de descomissionamento ou de logística reversa, mas a empresa alega que seu objetivo é realizar a reciclagem desses materiais a partir da implementação de um plano de logística reversa das placas solares, conforme recentes mudanças legislativas. Nenhuma previsão de implementação foi dada.

- **Recursos hídricos e efluentes:**

Pela indisponibilidade de informações, não foi possível avaliar de que forma os projetos interferem nos recursos hídricos e como ocorre a gestão dos efluentes gerados.

- **Emissões atmosféricas e gases do efeito estufa (GEE):**

O PGRS da Usina 3 aponta que, na atual fase do projeto, “o manejo interno e o transporte dos resíduos sólidos gerados nas obras poderão ocasionar emissões atmosféricas”, oriundas dos motores dos veículos, máquinas e equipamentos utilizados nos serviços e operações da implantação do empreendimento. Materiais particulados resultantes das operações de manejo dos resíduos também podem ser emitidos. O plano não apresenta uma estimativa das emissões e nem endereça medidas para mitigá-las.

Pela fase dos demais projetos, não há informação disponível.

---

## Comunidades

 **Satisfatório**

- **Saúde e segurança da comunidade:**

A E1 Energias Renováveis S.A conta com um Plano de Emergência Ambiental (PEA), atendido por uma Comissão de Emergência Ambiental (CEA), que tem o objetivo administrar e tomar decisões para prevenir ou solucionar ocorrências ambientais. O plano estabelece medidas a serem tomadas preventivamente e em casos de situações adversas.

Segundo apresentado no documento que institui o PEA, “todos os serviços executados no empreendimento serão realizados conforme e mediante a APR – Análise preliminar de risco, visando fornecer elementos para emissão da Permissão de Trabalho – PT, específica para cada atividade. Os integrantes da CEA devem participar da elaboração da APR. Cuidados específicos no manuseio de

equipamentos energizados e motorizados, adequações nas instalações, sinalizações, dentre outras medidas, deverão ser providenciadas a fim de prevenir emergências ambientais”.

Para execução das ações mitigadoras em caso de emergência ambiental, prevê-se que os recursos estejam sempre disponíveis “nas proximidades das atividades de operação, para que sejam acionados rapidamente quando da ocorrência de eventos”. Treinamentos e orientações de campo das equipes das frentes de serviços são realizados para que os mesmos possam executar as ações mitigadoras. Iniciativas de conscientização ambiental também são realizadas, tendo-se por base “a difusão de boas práticas ordenadas em temas específicos de grande abrangência, e com ênfase nos aspectos ambientais relativos às atividades de apoio à gestão, principalmente quanto à redução da geração de resíduos e efluentes, bem como a redução do consumo de recursos naturais”.

Conforme a empresa, em decorrência do porte dos projetos, não foi necessária realizar uma análise da população diretamente impactada pelo empreendimento, e nem uma consulta pública.

• **Impacto em comunidades tradicionais:**

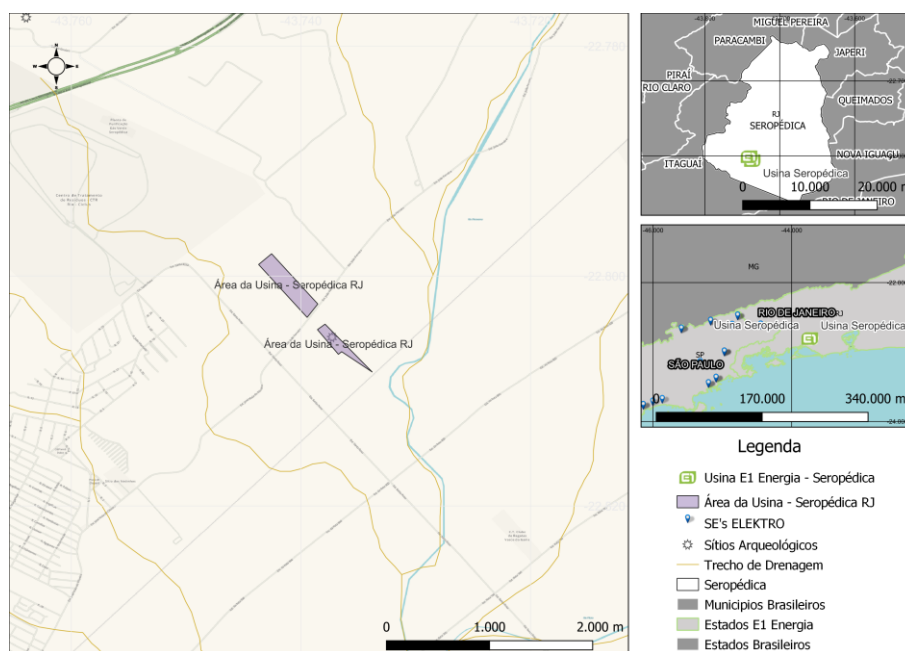
As usinas Alto Paraná, Guaíba e Panorama não interferem em territórios de povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas, e assentamentos do INCRA. Não foi possível realizar uma análise de sensibilidade para as demais usinas por insuficiência de documentos.

• **Reassentamento involuntário:**

Não há evidência de realização de reassentamento involuntário associado aos empreendimentos.

• **Impacto em sítios arqueológicos e culturais:**

Identificou-se, apenas, que a área da Usina Seropédica está sobreposta à sítio arqueológico. A usina ainda não possui licença ambiental e nem estudos de impacto ambiental para endereçar o tema junto aos órgãos responsáveis, porém a companhia já protocolou o pedido de licenciamento. A E1 Energias Renováveis S.A está ciente de que caso o órgão responsável condicione a licença à gestão dos sítios arqueológicos, irão endereçar junto ao IPHAN.



**Figura 1: Empreendimento e áreas com restrições ambientais**  
 Fonte de dados: E1 Energias Renováveis S.A, IBAMA, INCRA, CAR  
 Elaboração: SITAWI

**Trabalhadores**

 **Satisfatório**

• **Condições de Trabalho e Gestão da Relação com os Trabalhadores:**

A Política de Compliance é o principal instrumento a partir do qual se dá a gestão dos trabalhadores. Ela estabelece os “princípios e diretrizes de conduta corporativa, para que todos os dirigentes, empregados e prestadores de serviços desenvolvam suas atividades de modo a cumprir as determinações legais, regulamentares, normativas e procedimentais, tanto externas quanto internas, além de disseminar a cultura e a prática de conformidade”.

No que tange ao relacionamento com fornecedores e prestadores de serviço, o Código de Boas Condutas estabelece que todos os administradores e colaboradores da companhia “devem agir de modo a evitar que a capacidade de tomada de decisões comerciais pela E1 Energias Renováveis S.A de forma isenta e objetiva seja comprometida”.

A empresa apresentou certidão negativa de débitos trabalhistas e certidão negativa de ações trabalhistas, datados de dezembro de 2020. A SITAWI realizou uma consulta na “lista suja” do Ministério Público do Trabalho, referente a autuações sobre verificação de trabalho escravo e/ou análogo à escravidão, e verificou que a E1 Energias Renováveis S.A, assim como suas subholding, não fazem parte da lista.

- **Proteção da mão-de-obra:**

A empresa conta com uma Política de Proteção à Saúde e Segurança do Trabalho, aplicável a todos os funcionários, prestadores de serviços - terceirizados ou não - e empresas controladas pela E1 Energias Renováveis S.A. A adoção das práticas estabelecidas por ela é incentivada em todas as entidades cuja companhia tem participação societária.

Entre as diretrizes da Política, estão:

- Atuar de modo preventivo no gerenciamento dos riscos à saúde e à segurança dos colaboradores e terceiros;
- Atender aos requisitos legais relacionados à saúde e segurança do trabalho;
- Buscar identificar e gerenciar os riscos associados às atividades, instalações e serviços prestados;
- Promover um ambiente de trabalho saudável, sempre se preocupando com as questões relacionadas ao ambiente de trabalho, fornecendo recursos para a saúde pessoal e envolvendo-se ativamente na melhoria da saúde dos colaboradores;
- Buscar continuamente a melhoria dos processos e soluções inovadores capazes de otimizar a saúde e segurança do ambiente e dos colaboradores;
- Abordar o tema sobre saúde e segurança do trabalho no relacionamento com fornecedores e prestadores de serviços;
- Promover a preocupação prevista nesta Política no ambiente de trabalho, de modo que cada colaborador se sinta também responsável por cumprir as normas relacionadas à saúde e segurança do trabalho.

A partir da Política de Saúde e Segurança, a companhia consegue atuar preventivamente no gerenciamento de riscos à saúde e segurança dos colaboradores e terceiros, atendendo aos requisitos legais. Também a partir da PSS, os ritos processuais para a identificação e o gerenciamento dos riscos associados às atividades, instalações e serviços prestados pela companhia são estabelecimentos.

Conforme a empresa, qualquer denúncia, reclamação ou pedido de orientação podem ser direcionadas para o canal de contato existente no seu website.

As usinas solares estarão todas em observância aos PCMSOs elaborados pela epecistas ECO – SOLUÇÕES EM ENERGIA LTDA. Atualmente, nenhum Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional está em vigor, visto a maturidade dos projetos. Portanto, indicadores de saúde e segurança não foram apresentados.

## IV. Performance ASG da E1 Energias Renováveis S.A

A E1 Energias Renováveis S.A é uma sociedade anônima de capital fechado. A empresa trabalha com o intuito de gerar energia limpa e sustentável, atuando no mercado de energia renovável com foco em geração distribuída e mercado livre. O portfólio do grupo compreende a construção e operação de 68 usinas de geração de energia solar fotovoltaica em todo Brasil. Atualmente, o portfólio conta com 109 MWp de capacidade instalada e mais de 285 mil módulos fotovoltaicos, com uma geração média de 14 GWh/mês.

Até 2020, foi investido em CAPEX mais de R\$ 280 milhões. A empresa estima que sua capacidade instalada proporcione reduções de emissões de gases de efeito estufa na ordem 280 toneladas de CO<sub>2</sub> equivalentes por ano.

A E1 Energias Renováveis S.A controla sociedades de propósito específico (SPEs) que atuam no ramo de aluguel dos equipamentos fotovoltaicos e energia renovável, e que asseguram a exequibilidade dos projetos. O modelo de operacionalização é chamado de *Built to Suit (BTS)*, composto por contratos de locação dos equipamentos de operação e manutenção. Após o término contratual de uso, não há transferência de bens da usina para o cliente.

A análise de práticas e políticas ambientais, sociais e de governança da E1 Energias Renováveis S.A é apresentado a seguir.

### • Ambiental

A companhia possui uma Política Socioambiental aplicável a todos os administradores, funcionários, prestadores de serviço (incluindo terceirizados) e empresas controladas pela E1 Energias Renováveis S.A. É estimulada a adoção da Política em organizações cuja companhia tem participação societária.

A política estabelece diretrizes para a melhoria contínua dos processos e atividades da empresa, colocando foco em requisitos de sustentabilidade e responsabilidade social. Algumas das diretrizes desse documento são: comprometimento em identificar, gerir e mitigar os impactos socioambientais de suas atividades, cumprimento da legislação, promoção da energia renovável, respeito a comunidade, conservação de recursos e biodiversidade e busca pela melhoria contínua de seus processos, de modo a alcançar a excelência em termos de geração de energia solar sustentável.

As operações contam com um EPCista<sup>14</sup>, a ECO Soluções em Energia. Esta possui Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRS) e Plano de Emergência Ambiental (PEA), aplicáveis aos empreendimentos da E1 Energias Renováveis S.A. O primeiro faz uma caracterização dos resíduos a serem gerados, estabelece a segregação, acondicionamento e destinação final adequada. Este também estabelece medidas de controle de poluição relativas ao aumento de emissões atmosféricas, ruídos dispersão de resíduos nas vias públicas, tráfego de veículos, além de estabelecer o uso adequado de equipamentos de proteção por função. O segundo estabelece uma Comissão de Emergência Ambiental (CEA) que tem o objetivo de prevenir, administrar e tomar decisões em ocorrências ambientais. O plano estabelece medidas a serem tomadas preventivamente e em casos de situações anormais, por cada tipo de situação, incluindo derrame/vazamento de produtos químicos ou óleo, incêndios, choques e outros.

<sup>14</sup> Da sigla em inglês EPC: Engineering, Procurement, Construction

- **Social**

A E1 Energias Renováveis S.A detém uma Política de Proteção à Saúde e Segurança do Trabalho, estabelecendo os princípios e diretrizes para proporcionar um ambiente de trabalho pautado na valorização da vida, saúde, e segurança do colaborador. Essa Política é aplicável a todos os funcionários, prestadores de serviços - terceirizados ou não - e empresas controladas.

Em sua Política de Saúde e Segurança, a companhia determina algumas iniciativas visando criar um ambiente salubre e seguro. São elas: atuar preventivamente no gerenciamento de riscos à saúde e segurança dos colaboradores e terceiros, atender a requisitos legais, identificar e gerenciar riscos associados às atividades, instalações e serviços prestados, e procurar continuamente otimizar os processos, desenvolvendo soluções inovadoras capazes de melhorar as condições de trabalho.

Frisa-se que a EPCista possui 350 funcionários, e os envolvidos nas instalações são treinados nas Normas Regulamentadoras (NR) 10 (segurança em instalações e serviços em eletricidade), 18 (condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção) e 35 (trabalho em altura). O contrato da empresa com a EPCista inclui cláusulas a respeito de direitos humanos, saúde e segurança, liberdade de associação sindical e práticas não discriminatórias.

A E1 Energias Renováveis S.A está presente em 70 cidades, em todos os estados do Brasil. Estima-se que sua atuação nacional gere cerca de 3.500 empregos diretos e indiretos.

A companhia também possui uma Política de Diversidade e Não Discriminação. Esta serve para orientar, possibilitar e fomentar um ambiente de trabalho inclusivo, valorizando a diversidade de pessoas e o respeito à individualidade de cada profissional. A Política abrange todos os administradores, funcionários e empresas controladas pela E1 Energias Renováveis S.A, além das entidades sob as quais a companhia possui participação acionária.

A empresa afirma que não tolera nenhuma forma de discriminação, se comprometendo a promover a diversidade e inclusão social. As principais diretrizes da política incluem: garantir o bom convívio e respeito às diversidades étnicas, culturais, sociais, religiosas, sexuais e necessidades especiais e colaborar com os esforços da sociedade civil no sentido de promover a pluralidade de identidades, culturas e religiões.

Atualmente, 66% dos cargos gerais da empresa são ocupados por mulheres, e 33% das lideranças (cargos de diretoria) são femininas.

- **Governança**

A empresa também possui um Código de Boas Condutas. O documento tem a finalidade de definir as regras e princípios éticos que norteiam a conduta profissional dos funcionários e os negócios da empresa como um todo. O Código visa assegurar o padrão de integridade perante os *stakeholders*, sendo aplicado aos empregados, prestadores de serviço e entidades que a E1 Energia tem participação acionária. Espera-se, assim, que todos ajam de maneira íntegra e transparente, seguindo o conteúdo descrito no Código. Nas relações existentes dentro da companhia é recomendado evitar o conflito de interesses, reais ou aparentes.

A companhia possui uma Política de *Compliance* que determina os princípios e diretrizes sobre a conduta corporativa. Assim, todos os colaboradores, incluindo a alta gestão e prestadores de serviço, devem cumprir as obrigações legais e regulamentares internas e externas, disseminando essa conduta na cultura da empresa. Essa Política também aborda os valores éticos da companhia, com o objetivo de reduzir os riscos de sanções legais, perdas financeiras ou danos à imagem. Ademais, são tratadas as medidas administrativas ou criminais causadas pelo descumprimento de alguma legislação.

A Política de *Compliance* também descreve as funções e responsabilidades dos responsáveis pelo endereçamento dos assuntos apresentados no documento, sendo dividida principalmente entre a Alta Administração e o Comitê de *Compliance*. A Alta Administração aprova a Política de *Compliance*, assegura a comunicação do conteúdo do documento aos stakeholders, provê os meios necessários para a execução, entre outras atribuições. O Comitê dá suporte à Alta Administração na gestão dos riscos referentes ao *compliance* por meio da identificação e avaliação da aderência da empresa à legislação vigente, além de outras atividades.

Aliada à Política de *Compliance* a E1 Energias Renováveis S.A também possui uma Política Anticorrupção, aplicável a todos os funcionários, empresas terceirizadas e companhias controladas pela empresa. A empresa não compactua com qualquer forma de suborno ou corrupção, sendo vedado a todos a relação com o recebimento ou pagamento impróprio, vantagem indevida ou propina. Infringir essa Política implica ao autor sanções disciplinares e/ou penalidades com base no regulamento interno da companhia, além da legislação aplicável nacional ou internacional, de acordo com o caso ocorrido.

A empresa possui um canal de denúncias, reclamações ou sugestões, que pode ser encontrado no *website* da mesma.

### • **Controvérsias**

Foi realizada uma pesquisa de controvérsias envolvendo a Emissora e a E1 Energias Renováveis S.A que tenham gerado repercussão negativa na mídia. Concluímos que as mesmas não estão envolvidas em casos de controvérsias.

# Green Bond Principles Form

## Green Bond / Green Bond Program

### External Review Form

#### Section 1. Basic Information

**Issuer name:** E1 Subholding 2 S.A.

**Review provider's name:** SITAWI

**Completion date of this form:** 25/12/2022

**Publication date of review publication:** 25/12/2023 (estimated)

#### Section 2. Review overview

##### SCOPE OF REVIEW

The review assessed the following elements and confirmed their alignment with the GBPs:

- |  |  |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Use of Proceeds        | <input checked="" type="checkbox"/> Process for Project Evaluation and Selection |
| <input checked="" type="checkbox"/> Management of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Reporting                                    |

##### ROLE(S) OF REVIEW PROVIDER

- |   |  |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Consultancy (incl. 2nd opinion) | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification                               | <input type="checkbox"/> Rating        |
| <input type="checkbox"/> Other (please specify):                    |  |

##### EXECUTIVE SUMMARY OF REVIEW

According to SITAWI, E1 Subholding 2 S.A.'s issuance is aligned with the Green Bond Principles and thus eligible to market as a Green Bond. 100% of proceeds will be directed to finance 10 distributed solar energy generation projects. The E1 Energias Renováveis is committed to reporting annually the proceeds allocation and the environmental benefits of the projects. The issuance commitments will be verified by SITAWI within 12 months after the operation. The SPO and the post-issuance reports will be available to the public.

#### Section 3. Detailed review

##### 1. USE OF PROCEEDS

**Overall comment on section:** The debenture's term sheet indicates that the second tranche of the issuance will be fully used to finance distributed solar energy generation projects. Therefore, based on the Green Bonds Principles, only this tranche will be

labeled as a green bond. The projects meet the eligibility requirements of the Climate Bonds Taxonomy and are aligned with key sustainability frameworks. The second tranche totals R\$ 69,700,000.00 and will be allocated to expenditures and investments in CAPEX of the projects. The funds will be fully allocated to future expenses, expected to occur until the end of 2022.

#### Use of proceeds categories as per GBP:

- |  |   |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Renewable energy   | <input type="checkbox"/> Energy efficiency                                  |
| <input type="checkbox"/> Pollution prevention and control  | <input type="checkbox"/> Sustainable management of living natural resources |
| <input type="checkbox"/> Terrestrial and aquatic biodiversity conservation   | <input type="checkbox"/> Clean transportation                               |
| <input type="checkbox"/> Sustainable water management  | <input type="checkbox"/> Climate change adaptation                          |
| <input type="checkbox"/> Eco-efficient products, production technologies and processes   | <input type="checkbox"/> Other ( <i>please specify</i> ):                   |
| <input type="checkbox"/> Unknown at issuance but currently expected to conform with GBP categories, or other eligible areas not yet stated in GBPs |   |

If applicable please specify the environmental taxonomy, if other than GBPs:

## 2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

**Overall comment on section (if applicable):** Proceeds obtained through the green bond will generate an estimate of 38.625,63 MWh per year of renewable energy and avoid the emission of 2.383,201 tCO<sub>2</sub>eq per year through 10 distributed solar energy generation projects. The project selection process includes the approval of local energy distributors, analysis for area selection, analysis of technical criteria of solar radiation, impacts on the local community, environmental licensing and urban planning licensing.

#### Evaluation and selection

- |  |  |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Defined and transparent criteria for projects eligible for Green Bond proceeds | <input type="checkbox"/> Documented process to determine that projects fit within defined categories |
| <input checked="" type="checkbox"/> Summary criteria for project evaluation and selection are publicly available   | <input type="checkbox"/> Other ( <i>please specify</i> ):  |

#### Information on Responsibilities and Accountability

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Evaluation / Selection criteria subject to external advice or verification | <input checked="" type="checkbox"/> In-house assessment |
| <input type="checkbox"/> Other ( <i>please specify</i> ):   |   |

## 3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

**Overall comment on section (if applicable):** The issuance sums up R\$ 69,700,000.00, representing 80% of the investments required for the projects (R\$ 87,271,822.00). The second tranche represents 54% of the investments raised in relation to the total issuance. Proceeds can be temporarily invested in low-risk daily liquidity financial instruments. It is estimated that the proceeds from the green debenture will be entirely allocated to the selected projects until the end of 2022. The issuance has a maturity term of 12 years (both series). The issuer does not have another issue of debentures with the labelling of green bonds and the projects have never been the subject of other thematic issues.

#### Tracking of proceeds:

- Green Bond proceeds are segregated or tracked by the issuer in a systematic manner
- Disclosure of intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds
- Other *(please specify)*:

#### Additional disclosure:

- |  |  |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Allocations to future investments only       | <input type="checkbox"/> Allocations to both existing and future investments |
| <input type="checkbox"/> Allocation to individual disbursements                  | <input type="checkbox"/> Allocation to a portfolio of disbursements          |
| <input type="checkbox"/> Disclosure of portfolio balance of unallocated proceeds | <input type="checkbox"/> Other <i>(please specify)</i> :                     |

#### 4. REPORTING

**Overall comment on section (if applicable):** E1 Energias Renováveis will disclose information about the allocation of proceeds and E&S benefits of the project annually until the maturity of the issuance. The financial information will be audited by an independent auditor. The environmental indicators and other commitments described in this opinion will be subject to external verification by a specialized consultancy to verify the use of proceeds and benefits of the projects within 12 months. The information will be disclosed on a consolidated basis for issuance on the company's website, and will therefore be made available to the public. The post-issuance opinion will also be publicly disclosed. The indicators to be reported are: a) Allocation of resources in eligible projects (in R\$); b) Resources temporarily allocated to other financial instruments (in R\$, per instrument); c) Total installed capacity (MW); d) Volume of energy generated (MWh); e) GHG emissions avoided (thousand tCO<sub>2</sub>e).

#### Use of proceeds reporting:

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Project-by-project                       | <input checked="" type="checkbox"/> On a project portfolio basis |
| <input checked="" type="checkbox"/> Linkage to individual bond(s) | <input type="checkbox"/> Other <i>(please specify)</i> :         |

#### Information reported:

- |   |  |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Allocated amounts | <input type="checkbox"/> GB financed share of total investment |
|---|--|

Other (*please specify*): resources temporarily allocated to instruments other than the project

**Frequency:**

- Annual  Semi-annual  
 Other (*please specify*):

**Impact reporting:**

- Project-by-project  On a project portfolio basis  
 Linkage to individual bond(s)  Other (*please specify*):

**Frequency:**

- Annual  Semi-annual  
 Other (*please specify*):

**Information reported (expected or ex-post):**

- GHG Emissions / Savings  Energy Savings  
 Other ASG indicators (*please specify*): Total installed capacity (MW); Volume of energy generated (MWh); e) GHG emissions avoided (thousand tCO<sub>2</sub>e); GHG emissions avoided (thousand tCO<sub>2</sub>e).

**Means of Disclosure**

- Information published in financial report  Information published in sustainability report  
 Information published in ad hoc documents  Other (*please specify*): company's website  
 Reporting reviewed (*if yes, please specify which parts of the reporting are subject to external review*):

Where appropriate, please specify name and date of publication in the useful links section.

**USEFUL LINKS** (*e.g. to review provider methodology or credentials, to issuer's documentation, etc.*)

<http://e1energia.com.br/>

**SPECIFY OTHER EXTERNAL REVIEWS AVAILABLE, IF APPROPRIATE**

**Type(s) of Review provided:**

- Consultancy (incl. 2<sup>nd</sup> opinion)  Certification  
 Verification / Audit  Rating  
 Other (*please specify*):

**Review provider(s):**

**Date of publication:**

#### **ABOUT ROLE(S) OF REVIEW PROVIDERS AS DEFINED BY THE GBP**

- (i) **Consultant Review:** An issuer can seek advice from consultants and/or institutions with recognized expertise in environmental sustainability or other aspects of the issuance of a Green Bond, such as the establishment/review of an issuer's Green Bond framework. "Second opinions" may fall into this category.
- (ii) **Verification:** An issuer can have its Green Bond, associated Green Bond framework, or underlying assets independently verified by qualified parties, such as auditors. In contrast to certification, verification may focus on alignment with internal standards or claims made by the issuer. Evaluation of the environmentally sustainable features of underlying assets may be termed verification and may reference external criteria.
- (iii) **Certification:** An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework or Use of Proceeds certified against an external green assessment standard. An assessment standard defines criteria, and alignment with such criteria is tested by qualified third parties / certifiers.
- (iv) **Rating:** An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework rated by qualified third parties, such as specialized research providers or rating agencies. Green Bond ratings are separate from an issuer's ASG rating as they typically apply to individual securities or Green Bond frameworks / program

## Anexo I - Método

A análise da SITAWI é baseada em sua metodologia proprietária, fundamentada em *standards* reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de três etapas:

- 1) Avaliação da emissão – o primeiro passo é avaliar se a emissão tem como objetivo contribuir com projetos que possuem potencial de impactos socioambiental positivo, condizente com a condição de Título Verde. Para isso, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)*:
  - Uso dos recursos (*use of proceeds*): propósito da emissão do título e alinhamento desse com as categorias dos *Green Bond Principles* e da *Climate Bonds Taxonomy*;
  - Processo de seleção e avaliação de projetos (*process for project evaluation and selection*): procedimentos utilizados na escolha de projetos, alinhamento desses projetos com a estratégia da companhia e benefícios ambientais gerados;
  - Gestão dos recursos (*management of proceeds*): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para projetos elegíveis a classificação de Título Verde;
  - Relato (*reporting*): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados dos projetos.
  
- 2) Performance socioambiental do projeto - avaliamos o projeto com base no cumprimento da legislação social e ambiental local e as melhores práticas contidas nas Normas de Desempenho da IFC (IFC-PS) e outras normas de sustentabilidade. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
  - Processo de medição, prevenção, mitigação e compensação de riscos ambientais do projeto;
  - Contribuição do projeto ao desenvolvimento sustentável;
  - Controvérsia na qual o projeto está envolvido.

Essa análise é composta de 4 dimensões e 12 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para o projeto.

Dimensão	Tema
Gestão socioambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1)</li> <li>• Transparência e governo corporativo (IFC-PS nº1)</li> </ul>
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Áreas protegidas (IFC-PS nº6)</li> <li>• Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6)</li> <li>• Utilização de materiais de menor impacto (IFC-PS nº3)</li> <li>• Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-PS nº3)</li> </ul>
Comunidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impacto nas comunidades cercanas (IFC-PS nº4)</li> <li>• Impacto nas comunidades tradicionais (IFC-PS nº7)</li> </ul>
Trabalhadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Condições de trabalho de empregados diretos e subcontratados (IFC-PS nº2)</li> <li>• Ação de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2)</li> </ul>

- 3) Performance ASG da empresa – avaliamos a empresa de acordo às melhores práticas de sustentabilidade por meio de *standards* reconhecidos internacionalmente, como GRI<sup>15</sup> e outros. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:

<sup>15</sup> <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

- Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades;
- Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;
- Controvérsias em que a empresa está envolvida.

Essa análise é composta de 3 dimensões e 10 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para a empresa:






Dimensão	Práticas
<b>Ambiental</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uso de Recursos</li> <li>• Ecossistemas</li> <li>• Gestão de Resíduos</li> <li>• Mudanças climáticas</li> </ul>
<b>Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunidades</li> <li>• Clientes</li> <li>• Cadeia de Suprimentos</li> <li>• Recursos Humanos</li> </ul>
<b>Governança</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transparência</li> <li>• Integridade e Governança Corporativa</li> </ul>

## Legendas

### Nível da Asseguração

<b>Razoável</b>	Uma avaliação na qual o risco de asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.
<b>Limitado</b>	Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.

### Nível de gestão socioambiental dos ativos elegíveis

<b>Superior</b> 	O projeto possui as melhores práticas naquela dimensão, se tornando referência para outras empresas no desempenho socioambiental/ASG por meio da busca de inovação e melhoria contínua, contribuindo assim de maneira relevante para o desenvolvimento sustentável, inclusive com compromissos de manter essa contribuição no longo prazo.
<b>Confortável</b> 	O projeto cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico, além de estar alinhado com padrões internacionais de sustentabilidade (ex: IFC Performance Standards e GRI), contribuindo de forma ampla para o desenvolvimento sustentável.
<b>Satisfatório</b> 	O projeto cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.
<b>Insuficiente</b> 	O projeto não cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.
<b>Crítico</b> 	O projeto não apresenta evidências de seu desempenho na dimensão específica.

## Controvérsias

### Níveis de Severidade

<b>Pouco significativo</b>	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , mas não causa danos ou causa danos mínimos que não necessitam de remediação.
<b>Significativo</b>	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , mas a remediação dos impactos causados é simples e com custo pouco significativo.
<b>Muito significativo</b>	Descumpre a lei e afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.
<b>Crítico</b>	Descumpre a lei e afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo os danos irremediáveis ou de difícil e custosa remediação.

### Responsividade

<b>Proativa</b>	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
<b>Remediativa</b>	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os <i>stakeholders</i> impactados.
<b>Defensiva</b>	A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
<b>Não-responsiva</b>	Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.

## Anexo II – Processo de seleção dos projetos

Conforme apresentado no item “Processo de seleção e avaliação dos projetos”, a tabela 1 apresenta detalhadamente as etapas que envolvem a elaboração de usinas de geração distribuída pela E1 Energias Renováveis S.A e suas sub-holdings.

*Tabela 1 – Fluxograma de etapas de projetos de geração distribuída*

<b>Etapas do processo de planejamento e implementação de projetos</b>	
✓	<b>Cliente manifesta interesse</b>
✓	<b>Empresa apresenta proposta comercial estipulando a quantidade de energia elétrica que a planta solar terá que gerar para ser compensada com a energia consumida pelas unidades de consumo</b>
✓	<b>Assinatura do contrato contendo o valor referente ao aluguel, o qual representará a totalidade da contraprestação necessária para remunerar a empresa pela realização dos investimentos necessários para a construção e implantação da Planta Solar em plenas condições técnicas de operação e funcionamento, bem como a ocupação do local onde será instalada</b>
✓	<b>As partes celebram, adicionalmente, um contrato de prestação de serviços de operação e manutenção (Contrato de O&amp;M) para estabelecer os termos e condições sob os quais a empresa deverá operar e realizar a manutenção da Planta Solar</b>
✓	<b>Estudo e escolha de terreno onde o sistema de geração distribuída (SGD) será construído e submissão ao cliente de um croqui e um memorial descritivo do respectivo imóvel</b>
✓	<b>Aprovação do terreno pelo cliente</b>
✓	<b>Empresa submete ao cliente os títulos de propriedade ou de posse do local escolhido e cliente aprova</b>
✓	<b>Empresa elabora e submete à aprovação do cliente o memorial descritivo, o projeto e o cronograma referente à construção do SGD</b>
✓	<b>Cliente aprova o memorial descritivo, o projeto e o cronograma de implantação apresentados</b>
✓	<b>Solicitação de acesso a distribuidora</b>
✓	<b>Emissão de parecer de acesso pela distribuidora</b>
✓	<b>Adequação do terreno, serviços de engenharia, de mão-de-obra e aquisição de materiais e equipamentos</b>
✓	<b>Conclusão da obra</b>
✓	<b>Vistoria realizada pela distribuidora e aprovação (ou não) do ponto</b>
✓	<b>Conexão e início da operação</b>
✓	<b>Início do sistema de compensação</b>

## Anexo III – Primeira emissão de títulos verdes da E1 Energias Renováveis S.A

Tabela 2 – Projetos refinanciados/reembolsados pelo uso de recursos da primeira emissão de títulos verdes da E1 Energias Renováveis S.A

Usina	Capacidade Instalada (MWp)	Localização	Distribuidora	Início da Operação	Licenciamento
UFV E2 Equipamentos Fotovoltáicos BA 01 - Irecê	1,35	Irecê (BA)	COELBA	Fev/2021	Licença de Localização e Implantação (Portaria Nº 145/2020) emitida pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Irecê (SEMADES), válida até 07/2022
UFV E2 Equipamentos Fotovoltáicos BA 02 - América Dourada	1,35	América Dourada (BA)	COELBA	Fev/2021	Licença Prévia de Instalação e Operação nº 03/2020 emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município, sem validade determinada
UFV E2 Equipamentos Fotovoltáicos CE 02 - Caridade	1,21	Caridade (CE)	ENEL CE	Fev/2021	Dispensa de Licenciamento emitida pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE)
UFV E2 Equipamentos Fotovoltáicos MA 01 - Riachão	0,77	Riachão (MA)	CEMAR	Jun/2021	Dispensa de Licenciamento emitida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA)
UFV E2 Equipamentos Fotovoltáicos PE 01 - Araripina	0,87	Araripina (PE)	CELPE	Jun/2021	Licença de Instalação Nº 00.14.283904 emitida pela Agência Municipal de Meio Ambiente (AMMA) e válida até 09/2021
UFV E2 Equipamentos Fotovoltáicos PE 02 - Santa Cruz	1,08	Araripina (PE)	CELPE	Jun/2021	Licença de Instalação Nº 00.14.1.192663 emitida pela Agência Municipal de Meio Ambiente (AMMA) e válida até 09/2022
UFV E2 Equipamentos Fotovoltáicos PI 01 - Jaicós	0,33	Jaicós (PI)	CEPISA	Fev/2021	Licença de Instalação 001.0001859/2020 emitida pela Prefeitura Municipal de Jaicós e válida até 07/2022
UFV E2 Equipamentos Fotovoltáicos PA 01 - Pau D'Arco	2,48	Pau D'Arco (PA)	CELPA	Jun/2021	Licença de Operação 02/2020 emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e válida até 12/2025
UFV E2 Equipamentos Fotovoltáicos TO 01 - Araguatins	0,72	Araguatins (TO)	ETO	Jun/2021	Dispensa de Licenciamento emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins)